

Estado da Arte da formação docente para a Educação do Campo em periódicos das Universidades Públicas Brasileiras do centro-oeste/sudeste/nordeste entre 2008 a 2018

Pedro Antônio Martins de Souza
João Paulo Casaro Erthal

9

Resumo: Discutir a produção acadêmica sobre formação de professores para atuarem na educação do campo representa o mote desta pesquisa, cujas bases de dados incluem o acervo das revistas de educação de dez universidades públicas situadas no eixo geográfico centro-oeste/sudeste/nordeste do país com o qual desenhamos o estado da arte do tema supracitado. Não obstante, ao identificarmos o módico quantitativo de publicações, tratamos de analisar na íntegra cada artigo, bem como, refletir criticamente sobre seu teor e, ao mesmo tempo, entretecê-los com o objetivo de apresentar o encadeamento dos roteiros acadêmicos dos artigos analisados neste trabalho.

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação, Docente.

Teacher formation state of Art for Countryside Education in periodicals of the Brazilian Public Universities of the Midwest/Southeast/Northeast between 2008 and 2018

Abstract: To debate the academic production about teacher formation to be involved in countryside education represents the reason of this research, whose databases include the collection of education scientific magazine from ten public universities located in the center-west/south-east/northeast of the our country, with which the state of the art was drawn. Nevertheless, when we identify the modest number of publications, we try to analyze each article in its entirety, as well as to reflect critically on its content and, at the same time, to intertwine them in order to present the linkage of the academic journals of the articles that gave rise to this work.

Key-words: Countryside Education, Formation, Teacher.

Introdução

Analfabetismo e a baixa média em anos de escolaridade do homem do campo são mazelas históricas do Brasil, que em 2010 ainda significavam uma densa e vergonhosa cifra que ultrapassava os 14 milhões de iletrados segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BREITENBACH, 2011). No século XX tínhamos uma educação ruralista, com o objetivo de “civilizar e fixar o homem no campo, para que ele não representasse mais a ‘ignorância’ e o ‘atraso’ do país” (ANGELO, 2013, p. 26).



Por meio das reivindicações e conquistas de direitos e com o apoio de instituições como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as Universidades Federais de diversos Estados brasileiros, a luta por uma Educação do Campo empreendida pelos grupos organizados da sociedade civil e as instituições sociais foi tencionando o Estado ao fazer frente aos interesses dos grupos dominantes que até 1998 acreditavam que a educação oferecida às populações do campo deveria ser apenas instrumental, assistencialista e de ordenamento social, condicionada à formação de força de trabalho servil.

No fim da década de 1990, movimentos sociais em prol da educação no/do campo, articularam caminhos para superar esse modelo ruralista a partir de uma nova concepção de educação na qual o sujeito do campo fosse, também, reconhecido como protagonista de um projeto de desenvolvimento socioeconômico inclusivo e justo, diferentemente do projeto educacional voltado para os anseios do capitalismo excludente que instiga à competição e o individualismo em detrimento a mutualidade social.

Em julho de 1997 o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) sinaliza e aponta questões que instigaram a organização de outro grande encontro em julho do ano seguinte: a I Conferência Nacional para uma Educação Básica no Campo. Os objetivos desses encontros foram discutir a educação *no* e *do* campo, isto é, *no* campo por se tratar de um direito de ser educado no lugar onde se vive e *do* campo por requerer uma educação pensada a partir da realidade e com a participação dos camponeses (BREITENBACH, 2011). No final da década de 1990 a “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo” torna-se a referência dos movimentos sociais em prol de uma Educação do Campo e não mais uma educação rural, cuja finalidade é “[...] convencer o homem do campo a aceitar as suas condições de vida, sem problematizar as relações de trabalho com a terra e a organização da classe trabalhadora” (MARCOCCIA; PEREIRA; FERREIRA, 2014, p. 1727). Já a Educação do Campo:

“[...] tem como meta principal a luta desses trabalhadores para a construção de um modelo de educação que considere a sua realidade e interesses, valorizando os diferentes “grupos



identitários” e a sua produção da existência”. (MARCOCCIA; PEREIRA; FERREIRA, 2014, p. 1727).

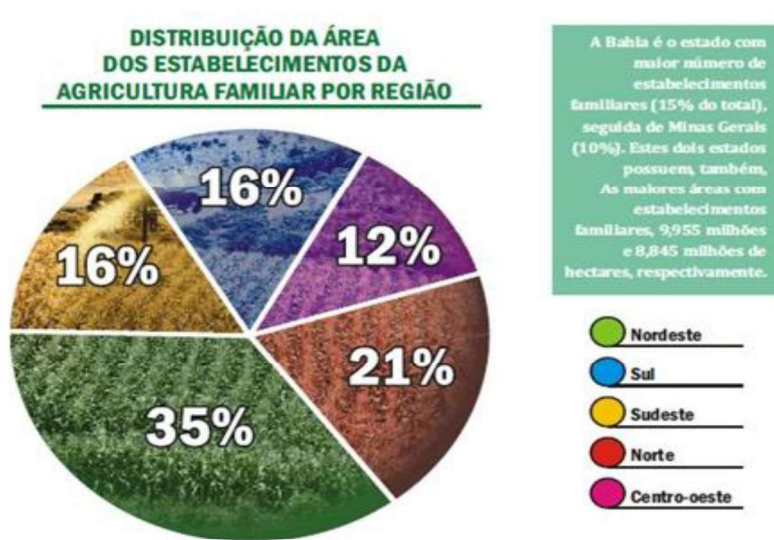
O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) em 1998 e a Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação que estabelecem as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” abrem caminho para se pensar e oferecer uma nova proposta formativa de docentes para atuar na educação do campo que foi reforçada em 2009 quando o Ministério da Educação convida as Instituições Públicas de Educação Superior – IES públicas – para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo com o objetivo de formar professores da educação básica para atuarem nas escolas situadas nas áreas rurais.

Em vista disto, neste artigo, temos como objetivo expor o Estado da Arte da formação do docente para atuar no contexto campestre de educação, apresentar algumas considerações sobre os resultados das pesquisas acadêmicas da última década dos periódicos do eixo centro-oeste/sudeste/nordeste que oferecem o curso de Licenciatura em Educação do Campo, conhecer os aspectos e dimensões desta matéria.

Materiais e Métodos

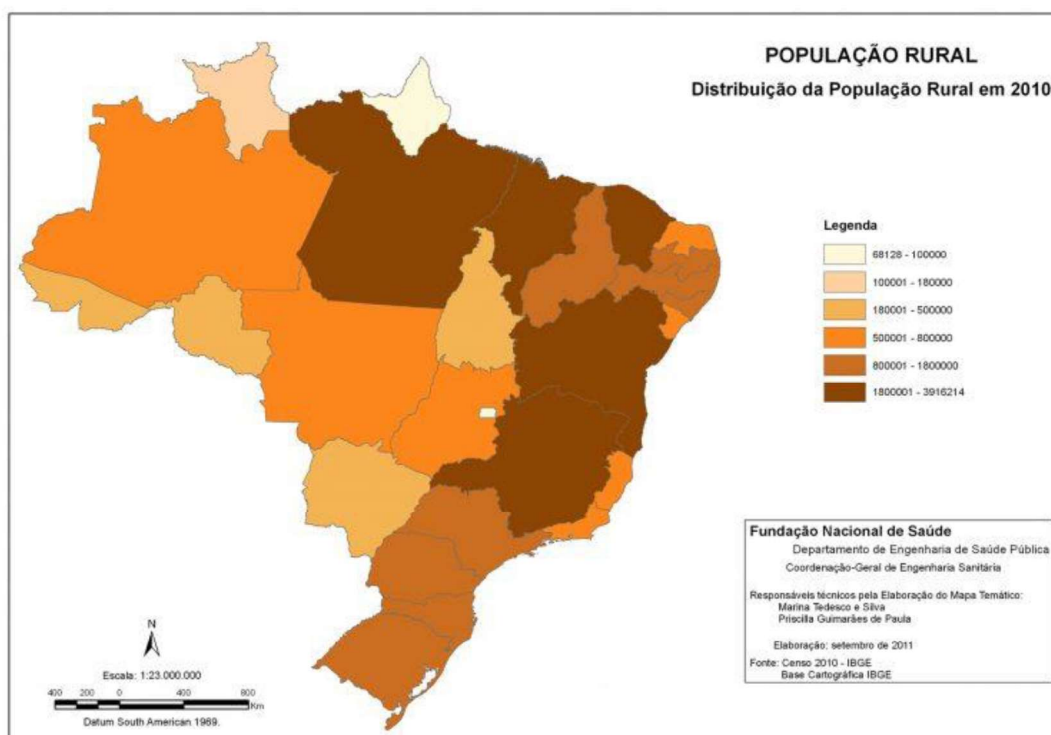
Tomando como ponto de partida a Universidade Federal do Espírito Santo, por se tratar de uma instituição localizada no Estado precursor da Educação do/no Campo (MEPES, 2018), optamos por delimitar nosso campo amostral selecionando a Universidade Pública Federal de Brasília por seu histórico de pioneirismo na oferta da Licenciatura em Educação do Campo conjuntamente as Universidades do Estado do Espírito Santo, da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro por comporem uma região de expressiva massa populacional domiciliada em áreas rurais, de exponencial regime econômico vinculadas à agricultura familiar e, também, pela concentração de Universidades nestes estados detentoras de importantes bancos de dados de periódicos na área da educação (BRASIL, 2016).

Figura 1 – Agricultura familiar por região do Brasil



Fonte: SEBRAE, 2018 (adaptado pelo autor).

Figura 02 - Distribuição da População Rural por Estado



Fonte: FUNASA, 2018.

Nosso desafio de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes contextos do país sobre a temática formação de professores para educação do campo teve como ponto de partida o estado da arte e/ou conhecimento com



base no tema supracitado, com o qual definimos como descritor para pesquisa nas bases de dados selecionadas o termo “educação do campo”, sendo esta palavra-chave nosso fator de inclusão, isto é, a partir deste descritor angariamos um total de 47 artigos que trazem estes verbetes. Esta cifra representa nosso universo amostral.

Características do estado da arte precisam ser consideradas no desenvolvimento de uma pesquisa deste gênero, como por exemplo: tempo e espaço. “O recorte temporal e espacial nesse método é necessário porque as análises feitas referem-se a concepções e práticas presentes em determinados contextos sociais, políticos, econômicos, culturais [...]” (SILVA, CARVALHO, 2014, p. 349). Por esse motivo, optamos pelo recorte supracitado no primeiro parágrafo, levando em consideração as peculiaridades desse campo amostral para o enfoque que queremos dar neste artigo.

As bases de dados exploradas a fim de mensurar a dimensão dos avanços em pesquisa sobre Educação do Campo a partir de 2008, isto é, início da segunda década após o primeiro ENERA são os periódicos/revistas de educação de universidades públicas das regiões delimitadas nessa pesquisa. Ao todo, foram selecionadas quatorze revistas com abordagem da temática Educação do Campo, de dez universidades circunscritas no eixo geográfico centro-oeste/sudeste/nordeste, perfazendo um total de duzentas e duas edições nas quais apenas seis discorrem sobre formação de professores para Educação do Campo em diferentes contextos brasileiros e quarenta e um artigos discorrem, de modo geral, sobre educação do campo.

Os seis artigos que discorrem sobre a temática formação docente para a Educação do Campo delimitam nosso campo amostral, logo nosso fator de exclusão é a palavra-chave “formação docente”, visto que apenas o descritor “educação do campo” não atende nossa expectativa de pesquisa, mas é parte dela. Então, do total de quarenta e sete artigos, excluímos àqueles que não continham concomitantemente as expressões “educação do campo” e “formação docente”.

A bibliometria, nessa conjuntura, é o instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa em acervo digital dos seguintes periódicos: Germinal:



marxismo e educação em debate (UFBA), Educação em Revista (UFMG), Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências (UFMG), Trabalho & Educação (UFMG), Movimento (UFF), Revista Contemporânea de Educação (UFRJ), Educação Popular (UFVJM), Educação em Perspectiva (UFV), Triângulo (UFTM), Iniciação & Formação Docente (UFTM), Cadernos de História da Educação (UFU), Linhas Críticas (UnB), Kiri-Kerê – Pesquisa em Ensino (UFES), Pró-discente (UFES).

O produto final do estado da arte do mote deste artigo consistirá em oferece-nos um esboço crítico das abordagens em foco sobre formação do docente para educação campestre, favorecendo a compreensão das assimetrias e contradições dessa fração do cenário nacional educativo representadas na última década em periódicos acadêmicos na área da educação.

Resultados

Aproximadamente dois mil artigos foram publicados na última década nas quatorze revistas investigadas. Constatamos que apenas 2% discutem educação campestre e que o percentual que discute formação de docentes para a educação do campo não chega a 0,5%. Compreende-se com tais dados que o percentual de pesquisadores em Educação do Campo é pequeno e que não corresponde a realidade nacional quando refletimos sobre sua dinâmica social frente ao atual processo de ascensão nas duas últimas décadas.

De acordo com Aline Leal (2018) a população rural do Brasil é maior que a apurada pelo IBGE. “Pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula que 36% da população brasileira é rural”, e não 16% como afirma o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo 2010. Esta informação leva-nos a refletir sobre o expressivo contingente populacional rural do país e, paradoxalmente, a ausência de fomento educacional até o mais amplo nível da educação, revelado neste artigo pelo levantamento bibliométrico no âmbito da pesquisa acadêmica, sintetizado na tabela 1.



Tabela 1 – Grelha de Categorização das publicações em periódicos abordando a temática formação docente para Educação do Campo

	UNIVERSIDADE	REVISTA	NÚMERO DE EDIÇÕES CONSULTADAS	PUBLICAÇÕES	
				Sobre a Educação do Campo	Sobre a Formação de professores em Educação do Campo
	UFBA	Geminal: marxismo e educação em debate	8	17	2
	UFMG	Educação em Revista	33	2	1
	UFMG	Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências	19	2	0
	UFMG	Trabalho & Educação	26	2	1
	UFF	Movimento	7	0	0
	UFRJ	Revista Contemporânea de Educação	12	1	0
	UFVJM	Educação Popular	14	7	1
	UFV	Educação em Perspectiva	8	2	1
	UFTM	Triângulo	10	1	0
	UFTM	Iniciação & Formação Docente	2	0	0
	UFU	Cadernos de História da Educação	16	0	0
	UnB	Linhas Críticas	22	4	0
	UFES	Kiri-Kerê – Pesquisa em Ensino	3	1	0
	UFES	Pró-discente	22	2	0
TOTAIS	10	14	202	41	06

Fonte: Produção do Autor a partir da coleta de dados.



Somente nas universidades da Bahia e de Minas Gerais foram encontrados artigos sobre formação docente para educação do campo, isto é, numa lista com cinco estados representados apenas em dois discute-se esta temática, diga-se de passagem com bastante recenticidade, pois dos seis artigos dois datam de 2014, dois de 2015 e dois de 2016.

Em 2014 foi publicado na Revista *Geminal: marxismo e educação em debate* (UFBA) o artigo de Adriana D'Agostini e Mauro Tilton (2014) sob o título "Política de formação de professores para Educação do Campo: limites e possibilidades". Nesse texto discute-se o baixo investimento na Licenciatura em Educação do Campo, tornando impossível a formação de profissionais emancipados, como explica D'Agostini; Tilton (2014, p. 159), tendo em vista os seguintes pontos: "a) Flexibilização da formação docente, com aprofundamento da concepção tecnicista e pragmática que vigora nos processos formativos atuais; b) a reconfiguração da formação inicial em serviço e a distância".

Neste mesmo ano, pela revista *Educação Popular* (UFVJM), Genaro, Mendes e Chelotti (2014), que trazem um artigo sobre "A educação do campo no contexto da formação continuada de professores", concluíram que a "[...] missão de levar a Educação do Campo adiante deve partir não só dos professores [...] mas também do Estado, com a adequação dos currículos para as escolas do campo [...]" (GENARO, MENDES; CHELOTTI, 2014, p. 65).

Em ambos os artigos fica evidente que os pesquisadores denunciam os desafios de consolidar a educação do campo, a começar pela preparação do profissional que deverá ser o principal propulsor de uma reforma educacional de base, que contemple e inclua as camadas rurais do país no centro de uma educação disruptiva, de enfrentamento e de contra reforma face ao curso que se segue atualmente as políticas educacionais que centralizam a educação, o currículo e o projeto educativo nacional ao modelo urbanóide que, como num efeito em cascata, torna-se justificativa para fechar escolas do campo que ainda teimam sobreviver em pleno século XXI ao caos da aculturação via antropofagia cultural pela famígera classe dominante.

Em 19 anos, entre 1997 a 2006, 209.195 mil escolas localizadas em áreas rurais, em todo o país, foram fechadas (DIAS, 2018). Tal medida em



nada colabora no combate ao analfabetismo no país que em 2010 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística era de 14 milhões, sendo a maioria residente das áreas rurais (BREITENBACH, 2011, p. 7).

Em 2015 foi publicado na Revista *Germinal: marxismo e educação em debate* (UFBA), o artigo “A pedagogia histórico crítica na formação de professores de ciências do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFBA” por Bárbara Carine Pinheiro da Anunciação, Hélio da Silva Messeder Neto e Edilson Fortuna de Moradillo, no qual revelam que a tentativa de formar educadores mais críticos demanda experiências novas capazes de promover uma consolidação da “pedagogia contra-hegemônica, apesar dos limites que estão postos dentro de relações capitalistas de produção e reprodução da vida” (ANUNCIAÇÃO; NETO; MORADILLO, 2015, p. 249).

Do mesmo modo, em 2015, Maura Pereirados Anjos (2015, p. 374) publicou o artigo “Institucionalização da formação superior em Educação do Campo: materialização dos princípios da licenciatura” na revista *Educação em Perspectiva* da UFV, argumentando sobre os desafios que se manifestam na busca pelo “reconhecimento social da carreira docente no campo, a luta por melhores condições de trabalho; concursos que garantam estabilidade para os professores que atuam no campo” de modo a contrapor-se ao projeto neotecnicista de formação que tolhe a capacidade emancipadora dos sujeitos, por não desenvolver o pensamento crítico-reflexivo, mas tornar os indivíduos meros reprodutores de ideologias.

Tanto na *Germinal* quanto na *Educação em Perspectiva*, em 2015 as publicações de que tratavam sobre formação do docente para atuar no contexto campesino apresentam texto que instigam seu público a compreender a importância de não nos resignarmos frente aos desafios na implantação desta nova licenciatura – em Educação do Campo –, antes devemos indignarmo-nos frente aos entraves internos e externos que fazem fronteira ao levante dos ativistas dos movimentos em prol da educação do campo que há duas décadas reclamam seus direitos sociais legalmente constituídos. Quando falamos sobre entraves internos, dizemos sobre a burocratização para oferta da licenciatura e os escassos recursos orçamentários para manutenção do



mesmo, e externos diz respeito ao distanciamento entre a universidade e as comunidades camponesas tanto em termos de interação propriamente dita quanto da própria logística de implantação do curso em campus universitários em regiões metropolitanas para atender discentes do interior.

Em “Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da Licenciatura em Educação do Campo”, Hage, Silva e Brito (2016, p. 171), na revista Educação em Revista, em tom de denúncia à questão estrutural dos cursos de Educação do Campo explicam que:

Entre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, a precarização da infraestrutura para o desenvolvimento das atividades do curso foi ressaltada, apresentando-se como um fator que pode inviabilizar a permanência, a aprendizagem e a conclusão do curso pelos estudantes. A pouca aproximação de gestores, professores e estudantes com a trajetória e as demandas políticas educacionais dos movimentos sociais do campo também foi pontuada como um limitador para a consolidação do curso, uma vez que interfere nos processos de formação de educadores, desencadeando dúvidas e inseguranças nos estudantes sobre a consistência teórica e a pertinência da proposta metodológica do curso e suas implicações na formação acadêmica em relação aos discentes de outros cursos e na indefinição de atuação dos egressos no mercado de trabalho.

Maria de Fátima Almeida Martins (2016), na revista Trabalho e Educação, retoma em seu artigo a discussão sobre um dos principais eixos que orientam a educação do campo que é a questão do trabalho como princípio educativo, fator extremamente recorrente do ponto de vista social e que justifica todos os esforços empreendidos para a manutenção e investimentos na formação de professores para atuarem no contexto camponês, por compreender que a educação é “capaz de dar ao homem, especialmente o do campo, a capacidade de fazer-se [...] de produzir-se a si mesmo [...], pois a educação, assim como o próprio ser humano, é um produto do trabalho [...]” (MARTINS, 2016, p. 135).

Discussão

A partir desta revisão bibliométrica em periódicos foi possível conhecer o estado da arte da temática em foco, bem como perceber o quão escassa está a



produção acadêmica sobre a problemática formação docente para a educação campestre e o exercício da profissão nesse contexto. Dentre os seis artigos analisados, constatamos que três deles discorrem basicamente sobre as dificuldades enfrentadas para implantação e conservação do curso frente as questões de ordem política, econômica e social.

Os outros três artigos tem como enfoques (1) a questão da perspectiva da pedagogia histórico-crítica nortear de maneira revolucionária a formação do educador do campo, (2) o ideário marxista do trabalho como princípio educativo na educação do campo e (3) a formação continuada em educação do campo.

A dificuldade em consolidar a Educação do Campo representa um grande desafio às coordenações e docentes engajados nesta licenciatura, pois é complexa a adesão de profissionais ao curso face ao desprestígio institucional e social da educação do campo que, aliado ao desafio de promover uma educação cujo trabalho (no campo) é o princípio educativo soa como uma afronta ao comodismo e conformismo do modelo já instituído/estatuído pelo sistema político-econômico em vigor (LIMA, 2013). Tal princípio educativo a que nos referimos no contexto da educação do campo diz respeito à perspectiva transformadora, de valorização da vida, da cultura e do trabalho no campo, bem como o trabalho como ponto de partida (e chegada) para a formação humana.

Somente na última metade da segunda década após o 1º ENERA que surgiram as primeiras publicações de artigos nas revistas das Universidades do eixo centro-oeste/sudeste/nordeste nas quais foram criados cursos de licenciatura do Campo. A expectativa de que devíamos ter mais produções acadêmicas após duas décadas de lutas sociais em prol de uma educação do campo frente a realidade constatada além de frustrante é passível de uma pergunta com caráter de antítese: como pode um país rural sem educação do/no campo?

Se não há pesquisa em educação do campo é porque não há educação no campo? Certamente a resposta não é negativa, mas com base nas falas de Molina (2015, p. 152) “[...] o Pronacampo estabelece uma meta ambiciosa para três anos: formar 45 mil educadores do campo, [...] cujo crescimento tem sido



expressivo” de 2010 até o momento. Isto nos leva a concluir que há em curso grande mobilização em prol dessa educação, porém pouco se sabe sobre seus impactos sociais, políticos e educativos por falta de pesquisa, em especial sobre a formação do docente nesse contexto.

Adriana D’Agostini e Mauro Tilton (2014) denunciam a precarização da formação do docente para atuar nas áreas campestinas. Maura Pereira dos Anjos (2015) corrobora esta tese explicando o quão difícil é o reconhecimento social e institucional da Licenciatura em Educação do Campo, bem como enfrentamento a lógica tecnicista que condiciona a educação ao formato disciplinar tecnicista. Entretanto, precisamos efetivamente de uma estrutura curricular que oportunize aos discentes

[...] vivência da pesquisa como princípio educativo e a produção de conhecimentos ancorada no diálogo entre os saberes acadêmico-científicos e os saberes da cultura vivida pelos sujeitos do campo, as quais circulam em suas comunidades, em movimentos sociais, fóruns, associações e sindicatos em que se inserem (HAGE; SILVA; BRITO, 2016, p. 163).

Observando “os projetos pedagógicos das experiências pilotos ficam evidentes como possibilidades pedagógicas [...] a questão agrária, a pesquisa e a docência são os fios condutores do currículo [...]”, explica D’Agostini e Tilton, (2014, p. 156). Dentro da estrutura universitária clássica organizar e aprovar um curso desta natureza gera muitos conflitos ideológicos, técnicos, administrativos, forçando seus gestores realizarem “alterações e adaptações para poderem ser aprovados e reconhecidos pela estrutura universitária e pelo próprio Ministério da Educação” (D’AGOSTINI; TITTO, 2014).

[...] Oriundos das áreas de formação específicas, muitos docentes não apresentam experiência prévia com Educação do Campo e desconhecem a luta histórica, de modo que ainda temos dificuldade em construir uma articulação em torno da Educação do Campo. A construção de um coletivo de trabalho depende da disponibilidade individual para uma construção coletiva, o que não é fácil por dentro das universidades hoje, com o avanço da pressão sobre a produção individual do docente (ANJOS, 2015, p. 373).



Outra questão que entrava o progresso da educação do campo se dá basicamente pela dificuldade de administrarmos uma pedagogia crítica e revolucionária nas escolas e universidades como explica Anunciação, Neto e Moradillo (2015). Com isso, colaboramos para a retroalimentação de um sistema já imposto e em pleno funcionamento a favor da classe dominante. Por este motivo,

Defendemos também um currículo onde se discuta o trabalho como fundante do ser social; correntes epistemológicas e sua consequência na produção do conhecimento científico; o papel da história no ensino de ciências; relações entre ciência, tecnologia e sociedade; discussões sobre ética e ambiente na sociedade contemporânea; a geopolítica mundial dominante, com sua dualidade estrutural: campo x cidade; as relações entre as formas de produzir conhecimento, bens materiais e relações sociais. Um currículo desta natureza tem como objetivo superar a matriz curricular de base empírico-analítica que tem predominado nos cursos de formação de professores [...] (ANUNCIÇÃO, NETO E MORADILLO, 2015, p. 245).

A própria Universidade tem sido conivente com essa manutenção da ordem estabelecida, como explica Hage, Silva e Brito (2016) há um distanciamento da universidade com os movimentos sociais o que põe em risco a consolidação desta licenciatura por motivos óbvios como: (1) fragilização dos movimentos; (2) disjunção de ideários; (3) possível cessação de políticas públicas de incentivo a formação de professores para atuarem no contexto campesino. Assim, entendemos que as escolas do campo (no campo) devem ter sua perspectiva formadora ancorada

[...] na ação do homem por meio de seu trabalho. Mas, como esse princípio na escola forma o homem?

À escola do campo, o trabalho ganha centralidade e ocupa lugar na luta, na condição da formação política. Essa relação é evidenciada quando, por exemplo, nas primeiras décadas do século XX, os sujeitos do campo lutaram por escolas e para que os educadores destas escolas fossem aqueles que mais estivessem próximos da luta pelo território, ou seja, os próprios camponeses. Outro contexto histórico, também importante da relação, é a forma de como, por meio do projeto político pedagógico da escola, o trabalho ganha dimensão na formação, como é o caso das Escolas Famílias (EFAs) [...] (MARTINS, 2016, p. 135).



Em virtude dos fatos mencionados é possível a percepção de que a formação de educadores para atuar junto a educação do campo apresenta-se em constante processo de transformação e enfretamento de dicotomias, seja de ordem institucional seja de ordem político-econômica, até porque a recenticidade do fenômeno bem como a notoriedade das ações organizadas pelos movimentos sociais ligados ao homem do campo datam de apenas duas décadas, o que coloca tais atividades no campo de lutas pelo que ainda está por fazer e por aquilo que está por vir em prol de seus objetivos. Apesar de muitas conquistas já alcançadas há muito que se consolidar no plano da educação nacional para a educação do homem camponês, pois múltiplas são as nuances que engendram os caminhos para a formalização deste avanço nas políticas educacionais.

Conclusões

Apesar dos esforços para expansão da oferta de Licenciatura em Educação do Campo que até meados de 2017 haviam 6.053 alunos matriculados nas mais variadas universidades em todo o país nesta graduação, raras são as pesquisas sobre formação do docente neste curso que, de acordo com Soriano (2018) o Ministério da Educação está matando.

Segundo relatos da Comissão Nacional de Avaliação das Licenciaturas em Educação do Campo são 630 professores distribuídos em 42 turmas que estão em funcionamento atualmente em todo país (SORIANO, 2018), sendo assim causa-nos estranheza a escassa produção acadêmica sobre a temática cujas complexidades de sua engenharia estruturante, tanto em termos de infra quanto superestrutura, tornam desafiante a manutenção não só desta Licenciatura mas, principalmente, da missão estabelecida pelo Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que segundo Molina (2015, p. 152) “[...] estabelece uma meta ambiciosa para três anos: formar 45 mil educadores do campo [...]”.

Diante das constatações, inferimos que: se a população rural brasileira representa cerca de um terço da população nacional e, se há problemas nas políticas de educação do campo e pouco se sabe e investiga-se sobre o



fenômeno, então, nossas universidades precisam repensar seu papel de produtoras de conhecimento, desenvolvimento da ciência e melhoria da vida em sociedade.

Assim, nossas considerações finais sobre a produtividade acadêmica em se tratando do fenômeno Educação do/no Campo sinaliza um déficit na produção acadêmica de artigos sobre essa temática por parte dos programas de pós-graduação em educação. Em nossa visão, ocorre uma certa negligência das instituições de educação superior no que tange a pesquisas sobre Educação Campesina, seu modo de vida e trabalho, sua produção cultural e educacional, suas mazelas e anseios por direitos, principalmente à educação. É necessário repensar as linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, incentivar estudos em Educação do Campo, que é parte da diversidade social existente e, principalmente, fomentar artigos e resultados de pesquisas que tratem sobre essa abordagem.

Referências

ANJOS, Maura Pereira dos. **Institucionalização da formação superior em Educação do Campo: materialização dos princípios na licenciatura.** Revista Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 356-377, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/645>>. Acessado em: 10 jan 2018.

ANGELO, Aline Aparecida. **O que é ser educador do campo: os sentidos construídos pelos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da FaE/UFMG.** 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares). Universidade Federal de São Joao Del-Rei, São Joao Del-Rei/MG. Disponível em: <<https://goo.gl/VELLVz>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ANUNCIAÇÃO, Bárbara Carine Pinheiro da; NETO, Hélio da Silva Messeder; MORADILLO, Edilson Fortuna de. **A pedagogia histórico crítica na formação de professores de ciências do curso de licenciatura em Educação do Campo da UFBA.** Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 243-252, jun. 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12422>>. Acessado em: 11 jan. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório do Sistema e-MEC sobre cursos de Licenciatura em Educação do Campo e suas respectivas IES.** Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2016.



BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Santa Maria/RS, jun. 2011. Revista Espaço Acadêmico, n. 121. Disponível em: <<https://goo.gl/b8E4Eo>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

D'AGOSTINI, Adriana; TITTON, Mauro. **Política de formação de professores para Educação do Campo: limites e possibilidades**. Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 6, n. 1, p. 155-173, jun. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/10218>>. Acessado em: 13 jan 2018.

DIAS, Renato. **Em 19 anos, 209.195 escolas rurais foram fechadas no Brasil**. Disponível em: <http://www.dm.com.br/cotidiano/2018/06/em-19-anos-209-195-escolas-rurais-foram-fechadas-no-brasil.html>. Acessado em: 28 nov. 2018.

FUNASA. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Distribuição da População Rural por Estado**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil>>. Acessado em: 29 mai. 2018.

GENARO, Felipe; MENDES, Heitor Nascimento; CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A educação do campo no contexto da formação continuada de professores**. Revista Educação Popular, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 53-66, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/26916>>. Acessado em: 17 jan 2018.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. **Educação Superior do Campo: desafios para a consolidação da Licenciatura em Educação do Campo**. Revista Educação em Revista, Belo Horizonte, v.32, n.04, p. 147-174, Outubro-Dezembro 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400147&script=sci_abstract>. Acessado em: 18 jan 2018.

LEAL, Aline. **População rural do Brasil é maior que a apurada pelo IBGE, diz pesquisa**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/pesquisa-diz-que-populacao-rural-do-brasil-e-maior-que-apurada-pelo-ibge>>. Acessado em: 29 abri 2018.

LIMA, Elmo de Souza. **Educação do Campo, currículo e diversidades culturais**. Revista Espaço do Currículo, v.6, n.3, p.608-619, set.a dez. de 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/18998>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula; PEREIRA; Camila Castiliano; FERREIRA, Rosilda Maria Borges. **Educação do Campo e movimentos sociais: diálogo e perspectivas com as escolas no campo na região**



metropolitana de Curitiba. XII Jornada do HISTEDBR, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/9/artigo_eixo9_258_1410835248.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. **Educação do Campo e trabalho: questões para pensar a formação do educador.** Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.25, n.3, p. 127-139, set-dez, 2016. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7963>>. Acessado em: 18 jan 2018.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO (MEPES). **Nossa história.** Disponível em: <<http://www.mepes.org.br/institucional/nossa-historia>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

MOLINA, Monica Castagna. **Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf>>. Acessado em: 10 mai. 2018.

SEBRAE. **Agricultura Familiar no mercado institucional e nos programas governamentais.** Disponível em: <<http://www.sebraemercados.com.br/agricultura-familiar-no-mercado-institucional-e-nos-programas-governamentais/>>. Acessado em: 29 mai. 2018.

SILVA, Francisca Jocineide da Costa e; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **o estado da arte das pesquisas educacionais sobre gênero e educação infantil: uma introdução.** Anais 18º Redor, Recife/PE, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2192/648>>. Acessado em: 15 mai 2018.

SORIANO, Rafael. **Comissão avalia que MEC está matando as licenciaturas de educação do campo.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/06/22/comissao-avalia-que-mec-esta-matando-as-licenciaturas-de-educacao-do-campo.html>>. Acessado em: 02 mai 2018.

Pedro Antônio Martins de Souza

pedromartins.professor@gmail.com

Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (UFES), Graduado em Pedagogia (UNIRIO); Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos (UNESA); Licenciado em História (UNIFSJ); Normal Superior (FAETEC). Pós-graduado em Educação Tecnológica (CEFET/RJ), Docência do Ensino Superior (UNIFSJ), Gestão da Educação (FASE), Educação Ambiental (UCB) e Gestão da Educação (UCB). Professor há mais de 10 anos, possui experiência na Educação Básica, Técnica e Superior, nas modalidades presencial e a distância. Pesquisador nas linhas de formação de professores,



educação básica, educação campesina, educação e trabalho, educação e economia

João Paulo Casaro Erthal

jperthal@gmail.com

Possui graduação em Licenciatura em Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003), Mestrado em Ciências Naturais, na linha de pesquisa Ensino de Ciências, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006) e Doutorado em Ciências Naturais, na linha de pesquisa Ensino de Ciências, pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2011). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Física, com ênfase em ensino de Física, história da ciência, metodologias de ensino e práticas de laboratório didático.

26

Recebido em: 07/06/2018

Aprovado em: 09/11/2018

